

Arquivo Nacional - 170 Anos



Pompa e circunstância, mais do que merecidas, registraram os festejos de inauguração da nova sede do Arquivo Nacional, no ano de 2002

Cada recanto do magnífico conjunto arquitetônico ficou repleto de autoridades e convidados ilustres. Presidentes das empresas patrocinadoras da obra, representativas personalidades vindas do exterior, Presidente da República, Governador do Estado do Rio de Janeiro, Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro e Ministros da Casa Civil e da Cultura, do governo vigente à época.

Estas presenças não deixam dúvidas quanto à magnitude do evento que comemorava a execução do Projeto de restauração e adaptação deste exemplar monumento neoclássico, realizado na administração do Ministro Rubens Bayma Denys, enquanto Presidente da ACAN e na gestão do Prof. Jaime Antunes da Silva, Diretor Geral do Arquivo Nacional. *Página 6*

Ministra Ellen Gracie visita o Arquivo Nacional



A Presidente do Supremo Tribunal Federal percorreu as instalações do Arquivo Nacional conhecendo suas áreas de trabalho e a ACAN.

Página 12

Diretoria ACAN

Diretoria Executiva

Presidente	Lício Ramos de Araújo
Vice-Presidente	Oscar Boëchat Filho
Diretor Administrativo	José Gomes de Almeida Netto
Diretor Técnico	
Operacional	Alfredo Sebastião Seixas
Diretora Adjunta	
Técnico-Operacional	Maria Regina da Costa Duarte
Diretor Cultural	Fernando João Abelha Salles
Diretora Adjunta Cultural	Saskia Radino
Assessora	Iracema Souza Dotori von Uslar
Assessor	Charley Fayal de Lyra Jr.

Conselho Fiscal

Presidente	Wanderley Pinto de Medeiros
Vice-Presidente	Marijane Vasconcelos Tavares
Membros	José Elias Jacob Aloan Geraldo Resende Ciribelli Isaldo Vieira de Mello Gilson Neder Cunha

Conselho Deliberativo

Presidente	Lício Ramos de Araújo
Vice-Presidente	Oscar Boëchat Filho
Membros	Nelson Mufarrej Filho Paulo Santos Vicente Luís Barbosa Marotta Waldemar Ferreira da Silva

Conselho Consultivo

Presidente	Hans Jürgen Fernando Dohmann
Vice-Presidente	Rubens Bayma Denys
Membros	Airton Young Álvaro Albuquerque Junior Antonio Romano Soares Arnaldo Niskier Celina Vargas do Amaral Peixoto Charley Fayal de Lyra Junior Eduardo Lessa Bastos Fernando Nascimento Haroldo Bezerra da Cunha Hélio Alonso Hermano Lomba Santoro Isaldo Vieira de Mello Jaime Rotstein José Carlos Barbosa de Oliveira José Carlos Pereira da Silva Marcílio Marques Moreira Marco Polo Moreira Leite Maria Alice Barroso Mariantonia Sampaio Parreira Alves Mauro José Miranda Gandra Paulo Márcio Decart Paulo Santos Paulo Victor da Costa Monnerat Pedro Luiz de Araujo Braga Rui Barreto

Palavras do Diretor



ARQUIVO NACIONAL & ACAN

Metas 2008

O Arquivo Nacional recebeu um majestoso próprio público restaurado e adaptado às funções de arquivo, em conformidade às diretrizes do IPHAN.

Esse prédio, que hoje é um ícone na Praça da República do Rio de Janeiro, foi resgatado graças ao trabalho conjunto de parceria entre a Direção do Arquivo Nacional e a ACAN com o decisivo apoio da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério da Cultura e das Empresas que alocaram recursos através da Lei Rouanet viabilizando este empreendimento com pleno êxito.

Nada mais justo foi dotar a Instituição de condições adequadas para preservar a memória do Brasil Colônia, Império e República, até aos dias atuais, permitindo à sociedade brasileira rever sua história através do vasto e precioso acervo que está sob a guarda e custódia do Arquivo Nacional.

A segunda fase do Programa de Modernização, do Arquivo Nacional, envolve uma série de Projetos, interligados, que visam adequar suas instalações internas dotando-as de mobiliário, ambiente climatizado, equipamento para conservação de documentos e tantos outros procedimentos técnicos e modernos que permitam o acesso ágil e preciso de informações aos pesquisadores e público em geral.

A racionalização destes espaços, também, irá permitir ao Arquivo Nacional receber documentos de Instituições Públicas, já extintas, mas que precisam ter sua documentação preservada.

A partir do descritivo de justificativas para execução dos Projetos de Modernização elaborado pela Administração do Arquivo Nacional, a ACAN vem operacionalizando medidas cabíveis para captação de recursos financeiros através de incentivos fiscais necessários para a realização dos Projetos.

As etapas, deste trabalho, vêm sendo desenvolvidas pela atual administração da ACAN. Está previsto que, ao longo dos próximos meses, a implantação dos Projetos será iniciada seguindo o roteiro das prioridades estabelecidas pela Direção do Arquivo Nacional.

José Gomes de Almeida Netto
Diretor Administrativo-Financeiro

Ilustre Vizinhança do Arquivo Nacional

II - CORPO DE BOMBEIROS



Até a chegada de D. João VI e sua corte ao Rio de Janeiro, o combate aos incêndios era feito com ajuda de voluntários que recorriam à intuição e ao espírito de solidariedade para prestar socorro da melhor forma possível.

O sinal de fogo era dado através dos sinos das igrejas, a que o povo acudia munido de baldes, barris, talhas e pipas num incrível vai-e-vem entre o local do sinistro e os chafarizes.

Durante os séculos XVIII e XIX ocorreram grandes incêndios e desastres naturais (inundações e desabamentos).

Em 1710 um incêndio na Alfândega do Porto do Rio de Janeiro, provocado pela invasão do corsário francês Jean-François Duclerc, destruiu totalmente a Alfândega.

Nos anos de 1711 e 1756, fortes temporais no Rio de Janeiro provocaram inundações em toda a cidade e desabamentos de casas com percentual significativo de vítimas. Canoas navegavam do Valongo até a Sé!

Incêndios no Mosteiro de São Bento (Praça Mauá) em 1732 e na instituição humanitária Recolhimento do Parto no ano de 1789.

Catástrofe de grande proporção ocorreu em fevereiro de 1811, castigando o Rio de Janeiro. Ficou conhecida como “águas do monte” pela enxurrada violenta que descia dos morros, desmoronando parte do morro do Castelo.

Março de 1824, no Real Teatro São João – Largo do Rocio (atual Praça Tiradentes), ocorreu um incêndio reduzindo à cinzas o prédio. Reinaugurado em 1826, consta que sofreu outros incêndios nos anos de 1851 e 1856.

Quando o Arquivo Público do Império (atual Arquivo Nacional) ocupava o 2º andar do Convento Stº. Antônio, um incêndio, em 1856, atingiu algumas dependências deste convento, mas os documentos foram preservados.

A criação do Corpo Provisório de Bombeiros da Corte foi através do Decreto Imperial nº 1.775, de 02 de julho de 1856, pelo Imperador D. Pedro II, patrono da corporação. Até então, a extinção dos incêndios que ocorriam na cidade era de responsabilidade dos Arsenais de Guerra e de Marinha, da Seção de Obras Públicas e da

Casa de Correção. Os homens dessas seções eram artífices comuns preparados para, em casos de incêndio, deixarem seus afazeres e se dirigirem ao local participando dos trabalhos de extinção do fogo.

Enquanto provisório, o Corpo de Bombeiros utilizava dependências de outras repartições. A partir de 1864, se instala na 1ª sede da companhia em modesto casarão assobradado na região da Praça da Aclamação (antiga denominação da Praça da República) no mesmo lugar onde se encontra hoje.

O prédio atual foi construído entre 1898 e 1903, projeto do engenheiro militar Francisco Marcelino **Souza Aguiar**, sendo inaugurado durante o governo do Presidente Rodrigues Alves.

As instalações internas se distribuem em volta de um pátio de estrutura de aço trazido da Alemanha. Sua fachada expõe projeto arquitetônico em estilo eclético tendo ao lado uma capelinha sob proteção católica de São João de Deus, padroeiro da Corporação.

No mês de julho de 1977, no quartel do Méier (zona norte do Rio de Janeiro) iniciaram-se as primeiras providências para a organização do Museu do Corpo de Bombeiros. Mas, em 1995, o acervo foi transferido para o Quartel Central da Praça da República, ocorrendo neste mesmo ano, sua inauguração oficial como Museu Histórico.

Ocupou a centenária estrutura de ferro e vidro da antiga oficina da corporação que veio a ser restaurada e revitalizada, no ano de 2006, integrando a programação dos festejos pelos 150 anos de fundação do Corpo de Bombeiros.

O acervo apresenta aos visitantes, entre outros registros históricos da Corporação, desde as viaturas antigas de tração animal até aos modernos veículos motorizados.

Em 1995, a Corporação assumiu a identidade de Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, título que ostenta até hoje. ■

Prof. Hélio Alonso

Diretor das Faculdades Integradas Hélio Alonso - FACHA

Primeira bomba manual e portátil do Corpo Provisório de Bombeiros da Corte no Brasil



MUSEU HISTÓRICO
DO CORPO DE BOMBEIROS

Praça da República, 45 - Centro - RJ | Tel. [21] 3399 4030
Atendimento: 3ª a 6ª-feira (inclusive feriado), 9 às 18 horas
www.museu.cbmerj.rj.gov.br

Empresário Olavo Monteiro de Carvalho recebe título da ACAN

O Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Eng. **Olavo Egídio Monteiro de Carvalho**, recebeu o título de Membro do Quadro de Associados da ACAN, por indicação do Conselheiro Fiscal, Dr. Geraldo Rezende Ciribelli, aprovada em reunião da Assembléia Geral.

A cerimônia presidida por Lício de Araújo, Presidente da ACAN, foi prestigiada pelo Presidente do Conselho de Comércio Exterior, Dr. Marco Pólo Moreira Leite, por empresários e diretores da centenária instituição.

Coube ao Benemérito Haroldo Bezerra da Cunha a colocação do distintivo da ACAN e ao Eng. Oscar Boechat Filho, Vice-Presidente da ACAN, o ato de homenagem do Arquivo Nacional entregando a valiosa obra **"Retratos Modernos"**, publicação que teve a participação da ACAN como gestora.

O novo associado, herdeiro do título de nobreza espanhola – Marquês de Salamanca – também preside o Conselho de Administração do Grupo Monteiro Aranha, empresa que pertenceu ao seu tataravô, construtor da 1ª estrada de ferro ligando Madri a Salamanca, na Espanha. **A**



Fotos: Zulmair Rocha



O Sentido do Seis de Março



O Seis de Março, escolhido pelos pernambucanos como sua data Magna, significa liberdade de pensamento, de organização e de religião, igualdade entre os sexos e as pessoas de todas as cores, respeito aos Direitos Humanos, Justiça e Fraternidade.

Esse era o projeto dos revolucionários de 1817: Frei Caneca, Cruz Cabugá, Vigário Tenório, Domingos Martins,

Padre Roma, Domingos Teotônio, João Ribeiro, Leão Co-roado, Frei Miguelinho, Bárbara de Alencar e centenas de outros que dedicaram suas vidas a essa causa.

Instauraram um Governo Provisório, baseado em uma Lei Orgânica que proclamou a República. Estabeleceram a igualdade de direitos, a tolerância religiosa, a liberdade de imprensa e aboliram tributos que honeravam os gêneros de primeira necessidade. Deram grandes exemplos de honestidade no uso do dinheiro público, além de criar a nossa bandeira azul e branca.

Eles tentaram fundar um Brasil muito melhor e mais justo do que o de hoje e, não foram esquecidos pelos pernambucanos.

Agora vamos honrar a memória deles, fazendo que o sentido do Seis de Março – Democracia, Justiça e Fraternidade – se estenda a todos os dias do ano, enquanto marco fundamental da herança libertária de Pernambuco.

Viva Pernambuco e viva o Seis de Março!

Silvana Delacio

Arquivo Público de Olinda - PE

Projeto Memória 2008

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, ARQUIVO NACIONAL & ACAN

O Projeto Memória é uma iniciativa da Fundação Banco do Brasil.

Em 2008, tendo a ACAN como gestora, a vida e a luta de **João Cândido** estarão registradas em textos e fotografias de uma grande exposição que circulará em cerca de 800 municípios brasileiros. O projeto ainda inclui um videodocumentário e livro fotobiográfico que serão enviados a quase 5 mil bibliotecas públicas do País. Um kit pedagógico com almanaque histórico e guia do professor será distribuído para 18 mil escolas públicas, além de um *site* na *internet*.

Desde 1997, a Fundação Banco do Brasil vem promovendo o Projeto Memória com o objetivo de valorizar a cultura e a história do País, a partir de homenagens à personalidades e fatos que ajudaram a construir a identidade nacional e fortalecer a cidadania.

Em parceria com a Petrobras, o Projeto relembrou, no ano de 2004, a vida e a obra de Josué de Castro, médico, sociólogo e geógrafo que dedicou a vida ao estudo e à proposição de alternativas para o combate à fome. Com apoio da Odebrecht, o projeto já homenageou Castro Alves, Monteiro Lobato, Rui Barbosa, Pedro Álvares Cabral, Juscelino Kubitschek e Oswaldo Cruz.

E, neste ano, **João Cândido** ingressa na galeria de personalidades já enfocadas.



“O Almirante Negro”

Associando o acervo do Arquivo Nacional ao desempenho profissional de suas equipes será viabilizado o Projeto Memória 2008, da Fundação Banco do Brasil, que tem como personagem principal o marujo **João Cândido**, conhecido como “almirante negro” que, em 1910 nas águas da Baía de Guanabara, liderou a Revolta da Chibata, rebelião de marinheiros que visava abolir o uso do açoite como instrumento de punição na Marinha brasileira. Herança do passado histórico que ainda persistia no período Republicano, apesar da promulgação da Lei que proibiu o uso da chibata como punição corporal em todo território nacional.

A Lei passou a ser cumprida somente após a mobilização da marujada brasileira que não aceitava mais esse tipo de castigo. Nesse sentido, faz-se presente e atual os debates com a sociedade sobre a importância de garantir os direitos humanos, inclusive os já existentes em Lei. ■

João Cândido, negro, natural do RGS nascido em 1880, filho de escravo tropeiro, aos 13 anos se alistou na Marinha. Faleceu doente, em 1969.



Gráfica Barbieri

Onde a impressão faz a diferença

www.graficabarbieri.com.br | 21.3890 1200

Arquivo Nacional completa 170 anos

Em 2 de janeiro de 1838 foi criado o Arquivo Público do Império.

Estabelecido, provisoriamente, na Secretaria de Estado dos Negócios do Império, tinha por finalidade guardar os documentos públicos e estava organizado em 3 seções: **Administrativa, Legislativa e Histórica.**

Sua 1ª sede situava-se no edifício do Ministério do Império, na Rua da Guarda Velha, atual Treze de Maio. Mas, em 1844, se instala na Praça do Comércio, à Rua Direita (Primeiro de Março) por apenas um ano, retornando ao prédio do Ministério do Império. No 2º andar do Convento de Stº. Antônio, no ano de 1854, se instalou o Arquivo Público. Um incêndio ocorrido, em 1856, neste Convento promoveu a transferência do Arquivo para o prédio do Recolhimento do Parto, na Rua dos Ourives.

No ano de 1893, adotou a identificação de Arquivo Público Nacional. Passou a ocupar, em 1907, a antiga sede do Museu Nacional, **prédio histórico da Praça da República, nº 26.**

Recebeu a atual denominação no ano de 1911. A transferência para a nova sede se formaliza em 2004.

A nova sede é um conjunto arquitetônico neoclássico composto por 4 edifícios dispostos em torno de um pátio central que, durante 115 anos, abrigou a Casa da Moeda do Brasil (1868/1983).

Restaurado o prédio e adaptadas as instalações de uso através do Projeto empreendido pela Casa Civil da Presidência da República, pelo Arquivo Nacional e a ACAN



Acervo Iconográfico do Arquivo Nacional

com apoio de um pool integrado por empresas e entidades: Petrobras, BNDES, Eletrobrás, Correios, Furnas Centrais Elétricas, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú Social, CEG e Casa da Moeda do Brasil.

O Arquivo Nacional é o órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos-SIGA, da administração pública federal, integrando a estrutura básica da Casa Civil da Presidência da República.

Usando as mais modernas tecnologias da informação, o Arquivo Nacional disponibiliza aos seus usuários e pesquisadores seu precioso acervo composto por cerca de 55 km de documentos textuais, 1 milhão e 900 mil fotografias, 55 mil mapas e plantas, 6 mil discos, 49 mil filmes e 2.900 fitas vídeo-magnéticas provenientes de instituições públicas e privadas desde o século XVI aos dias atuais.

Possui uma biblioteca especializada nas áreas de história, arquivologia, ciência da informação, direito administrativo e administração pública, estimada em mais de 40 mil volumes, entre livros e periódicos, além de 5 mil obras raras. A Lei Áurea, entre outras preciosidades, está sob a guarda do Arquivo Nacional.

Suas principais atividades são a gestão, o tratamento técnico, a preservação e a divulgação do patrimônio documental do poder executivo federal, garantindo livre acesso do cidadão à informação, à produção e difusão do conhecimento científico e cultural e o embasamento das decisões governamentais de caráter político-administrativo.

Promove exposições e concursos de monografias, edita livros e catálogos realizando, também, eventos no espaço interno da sua sede emoldurado por imponentes palmeiras imperiais. ■



VISITE O PORTAL DO ARQUIVO NACIONAL

Conheça suas instalações e consulte seu precioso acervo.

www.arquivonacional.gov.br

CASA CIVIL - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



ARQUIVO NACIONAL

Proprietário de escravos comunica ao Juiz a fuga de 80 a 100 escravos...

Novembro, 1838

Freguesia de N. S. da Conceição do Paty do Alferes

Manoel Congo, escravo do Capitão-Mor Manoel Francisco Xavier, ferreiro, de nascimento ignorado – quanto ao lugar e data – foi enforcado na praça de Vassouras, no dia 6 de setembro de 1839, pela Sentença Condenatória:

“Visto a decisão do Júri de Julgação, condeno o réu Manoel Congo à pena de morte, marcada no grau máximo do art. 192 do Código Criminal combinado com o art. 4º da Lei de 10 de junho de 1835, indenização e custas.”

Sala de Sessões do Tribunal do Júri do Termo de Vassouras em 20 de janeiro de 1839, Ignácio Pinheiro Werneck, Juiz de Direito Interino.

Dentre as insurreições, propriamente ditas, estão Palmares (Alagoas) e os acontecimentos em Salvador no ano de 1835 – Revolta de Malês – como as principais expressões de revolta dos negros no Brasil.

A fuga era uma das formas de rejeição do escravo ao cativo. Ocorriam centenas de tentativas, frustradas ou vitoriosas, sendo que estas nem sempre resultavam na formação de Quilombos. Fugas individuais, em pequenos grupos ou casos em que os escravos eram acolhidos em aldeamentos indígenas.

CÓDIGO CRIMINAL

Lei de 10/junho/1835 - Sobre o direito de recurso dos réus escravos condenados à morte; apelar ao Poder Moderador, uma prerrogativa constitucional.

Lei de 9/março/1837 – “quer o réu tenha apresentado petição de graça dentro de 8 dias prescritos na Lei, quer o não tenha feito, o juiz fará extrair cópia da sentença, que deve ser remetida ao Poder Moderador, o qual será acompanhada do relatório do mesmo juiz [...] e será encaminhada ao governo geral pelo Presidente da respectiva província.”

Na avaliação de Joaquim Nabuco era preferível a intervenção do Poder Moderador à garantia de recursos que submeteriam os escravos à Tribunais locais comprometidos com os interesses escravistas.



Negro do Congo - Litografia de Rugendas Séc. XIX

As fugas associadas à luta e formação de quilombo foram severamente punidas pela justiça amparada pelos interesses do poder econômico e político da época em que o fato acontecia.

“O escravo é o inimigo inconciliável”

Comissão Permanente dos Fazendeiros de Vassouras

Aos quilombolas das matas de Sta. Catarina (Paty do Alferes) fugidos da Fazenda Maravilha foram aplicadas a pena de execução na forca para Manoel Congo – líder da Insurreição – e aos demais rebeldes condenados, a aplicação de açoites e ferros no pescoço.

O prazo para o pedido de graça ao Poder Moderador em favor do réu, “indefeso, miserável e escravo” Manoel Congo, foi perdido pelo advogado de defesa!

Os processos criminais de Homicídio e Insurreição que envolveram o personagem Manoel Congo retratam o modelo de poder econômico e político da nobiliarquia rural, no século XIX, na região cafeeira do Vale do Paraíba Fluminense.

Os documentos originários dos Cartórios regionais do Estado do RJ, produzidos até o final do séc. XIX, revelam preciosa documentação ainda por ser resgatada e explorada.

São fontes inesgotáveis para o desenvolvimento de estudos e pesquisas multidisciplinares que permitem preservar a memória do Brasil, através de documentos cartorários.

Centenas e centenas de “Benguella”, “Congo”, “Moçambique”, “Angola” estão arrolados nos inventários de bens das fazendas produtoras de café.

E estão, também, incluídos nas estatísticas daqueles que contribuíram para a História do Brasil sob a servidão e a consciência de uma liberdade nunca alcançada. ■

Jeannette Garcia

Co-autora do livro “Insurreição Negra e Justiça – Paty do Alferes, 1838” Ed. Expressão e Cultura, 1987 (RJ)

Carta Régia de D. João

DETERMINA O DESTINO DOS ÍNDIOS BOTOCUDOS

[...] sendo-me presente as graves queixas que da Capitania de Minas Geraes têm subido á minha real presença, sobre as invasões que diariamente estão praticando os índios Botocudos, antropophagos, em diversas e muito distantes partes da mesma Capitania [...] sou servido por estes e outros justos motivos que ora fazem suspender os efeitos de humanidade que com elles tinha mandado praticar, ordenar-vos em primeiro lugar: Que desde o momento em que receberdes esta minha Carta Régia, deveis considerar como principiada contra estes índios antropophagos uma guerra offensiva que continuareis sempre em todos os annos nas estações seccas e que não terá fim”.

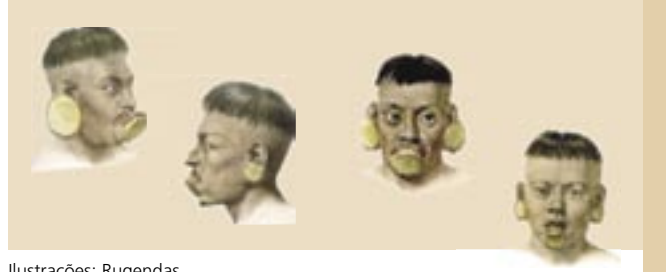


Logo que a Corte portuguesa desembarcou no Rio de Janeiro, há dois séculos, uma das primeiras medidas assinadas pelo Príncipe Regente D. João, através de Carta Régia, pode ser traduzida como uma declaração de guerra aos índios, chamados Botocudos.

Esta guerra representou um movimento de expansão civilizadora da Corte do Rio de Janeiro em direção ao interior. A historiografia mais tradicional e boa parte dos meios de comunicação associam a vinda da Corte Real, somente, aos benefícios que foram legados: iniciativas políticas, culturais e econômicas como as que deram origem ao Banco do Brasil, Biblioteca Nacional e Imprensa Régia.

É bom lembrar que essas medidas tiveram, também, o aspecto bélico da violência associado à conquista de novos territórios e ao extermínio de povos, como os índios Botocudos.

Botocudos - denominação dada pelos portugueses, no período colonial, aos índios que habitavam os vales dos rios Jequitinhonha, Mucuri e Doce, na região entre Bahia, Minas e Espírito Santo. Usavam botoques-apliques de discos de madeira- nos lóbulos das orelhas e nos lábios.



Ilustrações: Rugendas

A **Carta Régia de 13 de maio de 1808**, cujo original integra o acervo do Arquivo Nacional, é um texto que impressiona: começa justificando a declaração de guerra com base no argumento de que os índios eram antropófagos e tinham o hábito de se servirem da carne humana. A ferocidade estaria mais associada à “aparência assustadora” que os botoques lhes conferiam do que as notícias dos ataques violentos.

Outro fator preponderante estaria relacionado à crise da mineração que provocou deslocamentos populacionais em direção a outras terras, seja para plantar ou em busca das pedras preciosas.

Os índios ocupavam uma região de interesse econômico, o que impulsionava a expulsão destes “selvagens”. Além disso, os Botocudos, ainda ocupavam as margens do rio Doce, em Minas Gerais, importante via navegável para se alcançar o Espírito Santo e o mar.

Esse conjunto de fatores viria justificar as medidas adotadas pelo Príncipe Regente em relação aos índios.


A guerra, em questão, foi realizada a partir de 3 capitanias: Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. A Bahia, embora ocupada por Botocudos ficou um pouco fora, porque promovia uma política de boa vizinhança com esses índios.

Mas, tal não ocorreu em Minas Gerais e Espírito Santo onde foram criados quartéis e formadas novas tropas, em geral integradas por soldados destas capitanias ou recrutados de outras regiões.

A guerra foi violenta, causou mortes, de lado a lado. Prolongou-se bastante e, somente, seria revogada pelo governo regencial, em 1831.

Os combates mais cruentos ocorreram entre 1808 e 1824, ou seja, ainda após a Independência.

No ano de 1824, já no começo do 1º Reinado, os Botocudos tentaram, ainda, reunir forças para atacar a cidade de Vitória mas, foram rechaçados pelas forças fiéis ao governo, em mais um massacre cruel. A partir daí a guerra se esvazia.

Vale assinalar que os principais viajantes europeus que estiveram no Brasil durante o período joanino – Debret, Saint Hilaire, Rugendas e Maximiliano von Wied-Neuwied – deram importância ao estudo dos Botocudos, gerando um conjunto de imagens e relatos escritos sobre os índios. Estes cientistas e artistas deploraram a guerra de extermínio que se fazia, no Brasil, contra os índios criticando “... a suspensão dos efeitos de humanidade ...” 

Marco Morel

Historiador e professor da UERJ



Antigo prédio da Praça da República, nº 26

Conforme publicado na edição anterior, iniciamos a série de capítulos sobre o antigo prédio nº 26, situado na Praça da República, no Centro do Rio de Janeiro, que abrigou, no século XIX, o acervo oriundo da antiga Casa de História Natural, conhecida como “Casa dos Pássaros” instalada na rua do Sacramento, atual Avenida Passos.

Consta que este imóvel da Praça da República pertenceu ao patrimônio do Barão de Ubá. Convidamos o pesquisador Roberto Menezes para apresentar este primeiro capítulo.

JOÃO RODRIGUES PEREIRA DE ALMEIDA – BARÃO DE UBÁ

Recebeu o título de Barão por decreto de 12 de outubro de 1828. Nasceu em Lisboa, filho de José Pereira de Almeida e Ana Joaquina da Conceição. Sua mãe era irmã de Antônio Ribeiro de Avellar e de José Rodrigues da Cruz, que foram proprietários da importante Fazenda Pau Grande na localidade de Avellar (Paty do Alferes), região sul fluminense.

Deputado da Real Junta de Comércio e Navegação do Reino e Domínios Ultramarinos e, também, conselheiro do Rei D. João VI, por Decreto de 21 de março de 1821. Foi proprietário da Fazenda Ubá, em Vassouras (Rio de Janeiro), belo exemplar do Ciclo do Café na região do Vale do Paraíba Fluminense.

Na grande Casa Comercial, deste rico negociante no Rio de Janeiro, começaram a vida profissional, como caixeiros, dois futuros representantes da elite do 2º Reinado: Antônio Clemente Pinto, o Barão de Nova Friburgo e Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá.

Em 1829, com apoio do Barão de Ubá, de quem se tornara grande amigo, o Barão de Nova Friburgo requereu e obteve concessão de terras vizinhas à Cantagalo (Rio de Janeiro) ainda consideradas selvagens. Esta concessão tinha por objetivo a lavra de ouro naquela região.


O Barão de Ubá foi casado com Maria Luiza de Paiva e tiveram um filho: José Pereira de Almeida, que também foi proprietário das fazendas Ubá e Salvaterra em Paty do Alferes (Rio de Janeiro). O viajante francês Saint-Hilaire visitou inúmeras vezes as fazendas do Barão e sobre ele fez comentários elogiosos.

Com uma artista de teatro, Carolina Valluty, o Barão de Ubá teve uma filha natural, cuja descendência foi ligada a importantes famílias da nobreza europeia.

João Rodrigues, foi proprietário de imponente prédio localizado entre as antigas Ruas Nova do Conde e dos Ciganos, atuais Visconde do Rio Branco e da Constituição, na região conhecida como Campo de Santana.

Este imóvel foi adquirido pelo governo de D. João VI e efetuadas as modificações necessárias para instalação do Museu Real fundado por Decreto de 6 de junho de 1818, para abrigar as coleções oriundas da “Casa dos Pássaros”.

Ao Barão de Ubá, também, pertencia grande propriedade na região da atual Praça da Bandeira (Rio de Janeiro). Seus familiares empreenderam um loteamento e a abertura de ruas, sendo que uma delas recebeu seu nome: Rua Barão de Ubá.

Em 1º de janeiro de 1830, o Barão faleceu no Rio de Janeiro sendo sepultado na Igreja de São Francisco de Paula. 

Caixeiro - encarregado das vendas em uma casa comercial

Ubá - significa “cana-do-rio” em tupi

Roberto Menezes de Moraes

Titular do Colégio Brasileiro de Genealogia

Coordenação: Jeannette Garcia



GALERIA DOS PRESIDENTES

Profª Celina Vargas do Amaral Peixoto	1987/1989
Engº Israel Klabin	1989/1990
Profª Rosina Iannibelli de Almeida	1990/1992
Dr. Cândido Guinle de Paula Machado	1992/1993
Profº Theophilo de Azeredo dos Santos	1993/1995
Ministro Renato B. Archer da Silva	1995/1998
Profº Airton Young	1998
Gen.Div. Engº Hermano Lomba Santoro	1999
Ministro Rubens Bayma Denys	2000/2005

Registro Especial

BRIGADEIRO GANDRA É O PRESIDENTE DA AN CAB

Em ato concorrido, tomou posse na presidência executiva da Associação Nacional das Empresas Concessionárias dos Aeroportos Brasileiros - AN CAB, o Tenente-Brigadeiro-do-Ar **Mauro José de Miranda Gandra**, atual membro do Conselho Superior da Associação Comercial do Rio de Janeiro e do Conselho Consultivo da ACAN.

O ex-Ministro da Aeronáutica foi saudado pelo Presidente do Conselho Superior da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Dr. Humberto Motta, durante a inauguração da sede da entidade, Rua da Candelária, nº 9/610 - Centro, onde estiveram presentes diretores e representantes das mais importantes empresas e concessionárias de aeroportos, além dos diretores da ACAN.



ALMIRANTE FERNANDO VAI PRESIDIR ASSOCIAÇÃO DOS FUZILEIROS

A Associação Nacional dos Veteranos do Corpo de Fuzileiros Navais, elegeu o Vice-Almirante FN **Fernando Nascimento** para presidir a entidade que congrega expressivo número de oficiais da reserva e reformados desta corporação militar. O Almirante Fernando também é membro do Quadro de Associados da ACAN.

A cerimônia de posse foi prestigiada por ex-ministros, colegas de turma do Presidente eleito e pelos diretores da ACAN.

HOMENAGEM A IGNÁCIO BENEDICTO OTTONI



Otoni, Lício Araújo e Oscar Boechat Filho

A solenidade comemorativa aos 80 anos do Eng. **Ignácio de Loyola Benedicto Ottoni**, ex-reitor da UERJ e Conselheiro do Clube de Engenharia, ocorreu em janeiro no Clube Paissandu, Ipanema(RJ).

O Arquivo Nacional destinou exemplar da obra "Cartas aos Netos", escrita por Christiano Benedicto Araújo Ottoni e Bárbara Balbina de Araújo Ottoni, para homenagear o aniversariante Ignácio, bisneto dos autores.

O Presidente da ACAN, Lício de Araújo e o Vice, Eng. Oscar Boechat Filho, formalizaram a entrega da publicação.

Na cerimônia comemorativa, os convidados presenciaram a forte emoção de Ignácio Benedicto Ottoni pela justa homenagem.

Notícias em Foco

IMIGRANTES ESTRANGEIROS - DOCUMENTOS RESGATADOS SÉCULOS XIX E XX

O Projeto “Entrada de Estrangeiros no Brasil: as relações de passageiros desembarcados no porto do Rio de Janeiro - 1885/1910” visa disseminar informações sobre a entrada de imigrantes permitindo a realização de pesquisas históricas e o acesso dos cidadãos brasileiros e estrangeiros aos documentos que comprovam e resguardam seus direitos.

Será patrocinado pelo BNDES que publicou a aprovação, deste Projeto, para o ano de 2008.

O Arquivo Nacional pretende disponibilizar via *web*, no prazo de 24 meses, todas as informações tratadas que consistem em 9.923 listas de passageiros.

O resultado promoverá melhor atendimento ao público, agilização das pesquisas e da emissão de documentos tais como certidões de desembarque.

Mauro Lerner Markowski

Coordenador de Documentos Escritos
Arquivo Nacional



Acervo Iconográfico do Arquivo Nacional

COROA IMPERIAL: UMA BELA RÉPLICA



Considerada uma das mais importantes peças das coleções nacionais, a réplica da Coroa de D. Pedro II, se destaca pela fiel reprodução da Coroa Imperial.

A obra original que se encontra no Museu Imperial, na cidade serrana de Petrópolis (RJ), foi produzida pelo ourives da Casa Imperial **Carlos Marin**, em 1841, para a coroação do jovem imperador.

Na confecção da peça original foram utilizados, além do ouro, os diamantes e pérolas da coroa de D. Pedro I. Consta que é a jóia mais significativa e preciosa do acervo histórico brasileiro.

Depois de proclamada a República, a Coroa esteve, por algum tempo, sob a guarda do Tesouro Nacional até 1943, quando foi transferida para o recém-criado Museu Imperial, no Governo Vargas.

A joalheria Amsterdam Sauer é responsável pela produção da réplica da Coroa Imperial.

Foram 18 meses de trabalho, envolvendo especialistas e artesãos da joalheria, no RJ, a fim de conferir fidelidade máxima à peça original utilizando quilos de metal precioso, centenas de pedras semipreciosas e pérolas.

A peça de rara beleza, símbolo da monarquia brasileira, poderá ser apreciada no Museu Imperial, durante as comemorações dos 200 anos da chegada da Família Real ao Brasil.

Aconteceu

ARQUIVO NACIONAL INAUGURA EXPOSIÇÃO

“Os Naturalistas - Jóias em prata” - Século XIX

A exposição reuniu trabalhos, em prata, de 13 designers que criaram suas peças a partir da obra de viajantes estrangeiros – artistas e cientistas – que no século XIX, estiveram no Brasil. As imagens integram o acervo do Arquivo Nacional e foram selecionadas pelas pesquisadoras da Instituição, Maria do Carmo T. Rainho e Claudia Beatriz Heynemann, tendo curadoria de Irina Aragão.



Ministra Ellen Gracie registra sua ilustre visita à Exposição

Agenda

PUBLICAÇÕES ARQUIVO NACIONAL 2008

LANÇAMENTO DAS MONOGRAFIAS VENCEDORAS DO “PRÊMIO PESQUISA D. JOÃO VI”

- * “Imprensa e Poder na Corte Joanina: a Gazeta do Rio de Janeiro (1808/1821)” - Juliana Meirelles
- * “Grandjean de Montigny: da arquitetura revolucionária à civilização nos trópicos” - Angela Telles
- * “Ritmos da Vida: momentos efusivos da família real portuguesa nos trópicos” - Paulo de Assunção

EXPOSIÇÃO *Genealogia e Heráldica*

FONTES DOCUMENTAIS DA TORRE DO TOMBO PARA A HISTÓRIA DO BRASIL

Período: 7 de março a 30 de maio de 2008

Horário: 8 às 18h, de segunda à sexta-feira

Local: Arquivo Nacional

Entrada Franca

EXPEDIENTE



Informa publicação editada pela ACAN **Jornalista Responsável** Fernando João Abelha Salles - Mtb 11.774 **Projeto Editorial** Jeannette Garcia **Projeto Gráfico e Diagramação** Raquel Reis **Revisão** Jeannette Garcia e Fernanda Carraline **Fotos** Cícero Bispo e Flávio Lopes (AN/COPAC) **Impressão** Gráfica Barbieri

Praça da República, 173 Prédio P Nível 2 CEP 20211-350 Rio de Janeiro RJ Tel. (21) 2179-1328 - E-mail acan@arquivonacional.gov.br